

# EDITORIAL

Artigo convidado

Versão original | DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-759020240407>

## CIÊNCIA ABERTA NA RAE: QUAIS OS PRÓXIMOS PASSOS?

Henrique Castro Martins\*<sup>1</sup> | [henrique.martins@fgv.br](mailto:henrique.martins@fgv.br) | ORCID: 0000-0002-3186-4245

Wesley Mendes-da-Silva<sup>1</sup> | [wesley.mendes@fgv.br](mailto:wesley.mendes@fgv.br) | ORCID: 0000-0002-2366-020X

\*Autor correspondente

<sup>1</sup>Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

### A RAE & CIÊNCIA ABERTA

Entramos em 2024, e o termo Ciência Aberta já não é novidade para quem atua com pesquisa científica. É possível citar que o início do movimento de Ciência Aberta aconteceu em 1991, quando o físico Paul Ginsparg criou o depósito arXiv para compartilhar *preprints* na área de Física. Atualmente, diversas instituições internacionais reconhecem e fazem parte do movimento. Por exemplo, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) passou a integrar o movimento em 2015 (OECD, 2015). Além disso, recentemente a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 2023) mencionou que ao menos 10 dos 17 Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODSs), tal qual estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, requerem constante inovação e pesquisa científica, o que aumenta ainda mais a importância da Ciência Aberta para sua consecução. Dentro da comunidade científica, já existem diversos estudos e documentos acerca dos benefícios da Ciência Aberta para as várias áreas do conhecimento (Aguinis et al., 2017; Chauvette et al., 2019; Martins, 2020; Mendes-Da-Silva, 2019; Miguel et al., 2014; Peci, 2022; Vicente-Saez & Martinez-Fuentes, 2018).

Fundada em 1961, a RAE é uma das revistas da área de Gestão de Negócios mais antigas do Brasil e, desde 2003, disponibiliza seus artigos publicados com acesso livre, que é uma das práticas de Ciência Aberta mais importantes para fins de democratização do conhecimento. Em 2010, a RAE obteve a distinção de ser aprovada pelo índice *Journal Citation Reports* (JCR) e em 2016 foi classificada pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE) como referência mundial em qualidade e rigor acadêmico em pesquisa científica. Em 2021, a RAE passou a integrar o prestigiado *ranking* AJG/ABS. Atualmente, a RAE recebe mais de 500 submissões ao ano de todos os continentes, publica, de maneira contínua, em torno de seis edições por ano, cada uma contendo de sete a 10 artigos, e é reconhecidamente uma das principais revistas de Gestão de Negócios da América Latina.

Ao fim de 2021, a RAE começou a aderir a outros princípios de Ciência Aberta e, além da publicação em fluxo contínuo, passou a convidar autores(as) e revisores(as) a divulgarem seus

pareceres e suas identidades; ainda, começou a encorajar autores(as) a disponibilizar dados publicamente. Recentemente, além de discutir o que há de mais novo em relação à Ciência Aberta, Mendes-da-Silva (2023) pavimentou os próximos passos da RAE, que, ao se comprometer novamente com a Ciência Aberta, reforça ainda mais seu compromisso de produzir e disseminar pesquisa científica de impacto para as organizações e sociedade. Conforme mencionado por Mendes-da-Silva (2023), as práticas de Ciência Aberta constituem um importante pilar da pesquisa científica para não somente aumentar a disseminação de seus achados e, assim, seu valor para a sociedade, mas também para aproximar a pesquisa científica da sociedade em geral. As experiências recentes corroboram os diversos benefícios de tais práticas, por aumento tanto de métricas tangíveis, como citação e submissão de artigos, quanto do impacto gerado na comunidade (Aguinis et al., 2017, 2020; McKiernan et al., 2016; Pampel & Dallmeier-Tiessen, 2014).

Juntando-se ao movimento, este editorial tem como objetivo apresentar, além daquelas já atualmente implementadas, como e quais demais práticas de Ciência Aberta a RAE passará a implementar gradualmente a partir de 2024. Dessa forma, a RAE junta-se a um conjunto de revistas que se posicionaram e/ou possuem diretrizes para suas práticas de Ciência Aberta, entre elas: *Journal of Management* (Bergh & Oswald, 2020), *Journal of International Business Studies* (Aguinis et al., 2017), *Journal of Finance* (Harvey, 2017), *Journal of Marketing*, *Journal of Business Ethics*, *Journal of Business Research*. Naturalmente, a evolução constante da ciência e das melhores práticas em qualquer atividade e área impede que este editorial tenha natureza prescritiva. Ainda assim, seu objetivo é indicar quais serão os primeiros passos tomados pela revista e qual sua visão de médio e longo prazos para Ciência Aberta.

Entre as práticas de Ciência Aberta, podemos citar as seguintes: Acesso Livre (*Open Access*), Dados e Materiais Abertos (*Open Data and Open Materials*), Código Aberto (*Open Code*), Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*), Pré-registro de Pesquisa (*Pre-registration of Research*), vide Mendes-da-Silva (2023).

Atualmente, a RAE já implementa Acesso Livre (*Open Access*) em todos os seus materiais publicados. Isso, além de facilitar a disseminação de achados de pesquisa a toda a comunidade, democratiza o acesso à literatura acadêmica, sem restrições ou barreiras financeiras. Além disso, desde 2023, a RAE já pratica, de maneira ainda não mandatária, a Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*). Atualmente, autores(as) e revisores(as) são convidados(as) a disponibilizar publicamente suas avaliações e suas respostas. Por definição, autores(as) e revisores(as) apenas ficam cientes da identidade da outra parte caso o artigo seja aceito para publicação da RAE, e apenas após a sua aceitação. Exemplos de artigos recém-publicados na RAE com Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*) são: Cunha et al. (2024), Graça e Ryngelblum (2024), Sousa e Baltazar (2024) e Toro-García et al. (2024), todos publicados na edição mais recente da RAE. Além disso, não há atualmente restrições impostas pela RAE à submissão de artigos previamente disponibilizados em servidores *preprints*, tais como Scielo (<https://preprints.scielo.org>) e SSRN (<https://www.ssrn.com>). Além de permitir que autores(as) da RAE aumentem a visibilidade de seu trabalho, evidências recentes sugerem que artigos disponibilizados em *preprints* são, em média, aceitos mais rapidamente e têm maior chance de aceitação (Kodvanj et al., 2022).

## O que vem a seguir?

A fim de consolidar suas práticas de Ciência Aberta, a RAE passará a adotar as seguintes medidas. Tais práticas serão válidas para a submissão de novos artigos, a partir de 2024 ou 2025. No entanto, autores(as) de artigos já publicados pela RAE também são convidados(as) a seguir tais práticas, via disponibilização (nesse caso, *a posteriori*) dos seus dados ou códigos de pesquisa.

1. Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*): a partir de julho de 2024, a Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*) será mandatória para autores(as) de artigos aceitos para publicação, em que identidade e conteúdo dos pareceres e respostas serão disponibilizados publicamente. Autores(as) de novas submissões precisarão sinalizar concordância com a Avaliação por Pares Aberta no momento da submissão. A partir dessa mesma data, o parecer de primeira rodada escrito por editores(as) associados(as) destinado aos(às) autores(as) também será tornado público.

Para revisores(as) de artigos aceitos para publicação, após a aceitação da versão final do artigo, a Avaliação por Pares Aberta (*Open Peer Review*) será opcional e poderá ser praticada de três formas distintas: (1) os(as) revisores(as) podem autorizar a publicação do conteúdo de seus pareceres, bem como a de suas identidades, (2) os(as) revisores(as) podem autorizar apenas a publicação do conteúdo de seus pareceres e não divulgar suas identidades, ou (3) por ser prática opcional para revisores(as), pode-se rejeitar a disponibilização dos seus pareceres e de suas identidades.

A fim de manter a originalidade no debate e no conteúdo das trocas de informação entre autores(as), editores(as) associados(as) e revisores(as), a RAE não alterará o conteúdo dos pareceres nem das respostas. Além disso, a RAE se compromete a gerar um código de identificação único (i.e., DOI) para o documento de avaliação por pares e publicá-lo simultaneamente à versão final do artigo. Assim, autores(as) e revisores(as) serão reconhecido(a)s pelos seus pareceres e respostas, que poderão ser citados em trabalhos futuros.

2. Dados e Materiais Abertos (*Open Data and Open Materials*): a partir de janeiro de 2025, a RAE adotará também a prática de Dados e Materiais Abertos (*Open Data and Open Materials*) a partir da lógica “compartilhe ou explique”. Isto é, no momento da submissão, autores(as) de novas submissões serão convidados(as) a informar qual a natureza e a origem dos dados porventura utilizados no seu artigo. Para dados de pesquisa gerados pelos(as) autores(as) (i.e., dados primários) ou coletados em plataformas gratuitas, será obrigatório o compartilhamento dos dados. Naturalmente, em situações de dados de pesquisa gerados a partir de entrevistas em que a participação do(a) entrevistado(a) só é possível sob condição de sigilo (e.g., questões de segurança pessoal ou assemelhadas), o compartilhamento dos dados originais não será mandatório. No entanto, nesses casos, os(as) autores(as) deverão compartilhar o contrato de sigilo

de maneira privada com a Editoria-Chefe da RAE. Para dados de pesquisa coletados em plataformas privadas a partir de acesso pago, os(as) autores(as) deverão explicar as razões existentes para o não compartilhamento, que podem incluir a ausência de direito de propriedade sobre os dados por parte dos(as) autores(as). Finalmente, quando o novo artigo submetido reutilizar dados previamente utilizados em pesquisa científica já publicada, será mandatória a citação da pesquisa de origem. No Painel A da Tabela 1, apresentamos as diferentes naturezas dos dados e a política da RAE a ser implementada.

3. Código Aberto (*Open Code*): a partir de janeiro de 2025, a RAE também adotará a prática de Código Aberto (*Open Code*). Ou seja, os(as) autores(as) de novas submissões deverão compartilhar os códigos gerados para tabulação ou análise de dados (e.g., *scripts* gerados para uso no *software* R, *do-file* gerados para uso no *software* Stata etc.). Nesses casos, será recomendado que o compartilhamento de códigos seja feito em documento à parte em vez de na forma de apêndice do documento original. De maneira análoga, protocolos de pesquisa gerados em pesquisas bibliométricas e/ou revisões sistemáticas também precisarão ser compartilhados. O Painel B da Tabela 1 resume a política da RAE em relação a códigos e protocolos de pesquisa.
4. Pré-registro de Pesquisa (*Pre-registration of Research*): finalmente, a partir de janeiro de 2025, a RAE aceitará a submissão de pesquisas para pré-registro. Todos os artigos submetidos nesse formato também deverão respeitar as diretrizes para autores(as) da RAE, exceto pelo fato de que o artigo não deverá conter a seção de resultados. Naturalmente, dada sua natureza, no momento da submissão, os dados de pesquisa não poderão ter sido coletados nem sua análise pode ter sido feita. No entanto, as contribuições da pesquisa para a área de Gestão de Negócios precisam estar claramente definidas. Da mesma forma que artigos completos, artigos submetidos para pré-registro passarão pela etapa de avaliação pelos pares, que poderá ter como resultados: (1) artigo aprovado com a condição de que o protocolo pré-registrado seja seguido, ou (2) artigo rejeitado. Uma vez que o artigo seja aceito para pré-registro, os(as) autores(as) terão a oportunidade de coletar e analisar os dados, conforme definido na submissão inicial e pré-registrada. Após a análise final, o artigo completo será novamente submetido à RAE para avaliação pelos pares, que avaliarão se a submissão final está de acordo com o artigo pré-registrado. Além disso, espera-se que os(as) autores(as) se atentem também para eventuais recomendações dos pares sobre a versão final do artigo, i.e., a versão contendo os resultados e a conclusão. Finalmente, caso o artigo final tenha seguido o protocolo pré-registrado, ele será aprovado para publicação, independentemente dos resultados encontrados.

Dadas suas características, a pesquisa pré-registrada possui diversas vantagens em relação às demais. Por exemplo, ao submeter o estudo ou plano de análise para pré-registro, os(as) autores(as) aumentam a capacidade de terceiros(as) replicarem seus resultados,

o que fortalece a transparência e credibilidade da pesquisa. Além disso, pesquisas pré-registradas diminuem os prejuízos de HARKing (Hypothesizing after results are known), o que previne que autores(as) alterem suas hipóteses ou planos de análise de maneira seletiva e arbitrária (Hollenbeck & Wright, 2017; Kerr, 1998). Finalmente, pesquisas pré-registradas também servem como potenciais guias para pesquisas futuras, uma vez que o protocolo pré-registrado acompanha a versão final da pesquisa. Isso não somente aumenta o alcance da versão final da pesquisa, mas também cria um espaço colaborativo para pesquisadores(as) em estágios iniciais da carreira.

**Tabela 1.** Políticas da RAE para compartilhamento de dados

Natureza	Política da RAE	Exemplo
<b>Painel A – Política da RAE em relação a compartilhamento de dados de pesquisa</b>		
Dados primários obtidos sob condição de sigilo	Explicação de razões para não compartilhamento; compartilhamento da condição de sigilo com o(a) Editor(a)-Chefe	Dados coletados em entrevistas ou questionários em que o(a) entrevistado(a) aceita participação apenas sob condição de sigilo
Dados primários não sujeitos a condição de sigilo	Compartilhamento obrigatório	Dados coletados em entrevistas ou questionários; dados criados a partir de experimentos; dados de simulação
Dados secundários, coletados em fontes gratuitas	Compartilhamento mandatário	Dados coletados gratuitamente em plataformas governamentais ou em plataformas de instituições privadas
Dados secundários, coletados em fontes com acesso pago	Compartilhamento mandatário ou explicação de razões para não compartilhamento	Dados coletados em plataforma privada com acesso pago
Dados reusados	Citação da origem mandatária	Dados coletados por terceiros(as) e previamente utilizados em pesquisa científica
<b>Painel B – Política da RAE em relação a compartilhamento de materiais de pesquisa</b>		
Códigos, programas e protocolos de pesquisa	Compartilhamento mandatário	Códigos utilizados em programas estatísticos criados com o intuito de tabular e/ou analisar os dados

## Como serão os próximos passos?

Apesar de o movimento de Ciência Aberta ser tipicamente defendido por pesquisadores(as) em diversas áreas do conhecimento (Ross-Hellauer et al., 2017), ainda existem barreiras percebidas por autores(as) e revisores(as) que afetam a implementação dessas práticas (Houtkoop et al., 2018), e há grande heterogeneidade na familiaridade que autores(as) e revisores(as) têm com elas. Assim, com o objetivo de auxiliar futuras submissões, apresentamos a seguir uma lista de melhores práticas em diversas etapas de pesquisa. Tais práticas, naturalmente, não são mandatórias. Contudo, entendemos que facilitam a aderência e potencializam a contribuição do artigo tendo em vista os preceitos de Ciência Aberta.

## Declaração de Ciência Aberta e Dados Abertos (*Open Science & Open Data author's Declaration*)

No momento de uma nova submissão, a RAE exigirá que autores(as) preencham a [Declaração de Ciência Aberta e Dados Abertos](#). Esse documento é importante para estabelecer o vínculo inicial em relação ao que autores(as) de novas submissões podem esperar da RAE em relação às práticas de Ciência Aberta.

## Melhores práticas para Armazenamento e Organização de Bases de Dados

Invariavelmente, uma pesquisa com dados empíricos é tão boa quanto as análises feitas nos seus dados. Assim, cabe aos(as) autores(as) seguir uma lógica de armazenamento e organização de dados. Essas tarefas são também fundamentais para certificar a correta utilização dos dados e garantir a veracidade/credibilidade dos achados da pesquisa. Por exemplo, é recomendável sempre manter os dados originais tal qual foram coletados, sem alterações. Além de garantir a possibilidade de se “começar a análise do zero”, essa prática aumenta a credibilidade dos(as) autores(as) junto a terceiros(as). Naturalmente, a higienização da base de dados é crucial para a pesquisa, assim é esperado que autores(as) executem tarefas como remoção de valores duplicados e padronização ou alteração das unidades de medida etc. Porém, é recomendável que tais tarefas sejam executadas via código ou protocolo de pesquisa, e jamais sejam executadas nos arquivos contendo os dados originais. Caso a fonte original de onde os dados foram coletados não os disponibilize, é tipicamente recomendável que se crie um arquivo “readme.txt” com explicações diversas sobre a coleta, descrição de variáveis, formato etc. Caso seja necessário salvar arquivos de dados intermediários, é também importante que isso seja feito via código ou protocolo de pesquisa. Finalmente, é recomendável que autores(as) tenham um sistema pessoal para o controle de versão das suas bases, para facilitar a autogestão, evitar retrabalho e facilitar a colaboração entre os membros da equipe de pesquisa.

## Melhores práticas para Geração de Códigos de Pesquisa

Costuma-se dizer que, quando se tem algum tipo de automatização de processos ou de tarefa, “*garbage in, garbage out (GIGO)*”. No caso de pesquisa acadêmica, essa expressão refere-se à ideia de que é fundamental assegurar a qualidade dos passos intermediários automatizáveis em uma pesquisa. Sempre que o(a) pesquisador(a) falha em assegurar a qualidade dos processos, os resultados são invariavelmente pouco críveis.

A fim de evitar GIGO e de assegurar a qualidade das análises em uma pesquisa científica, é fundamental que o(a) pesquisador(a) consiga gerar códigos e protocolos eficientes e transparentes, não somente para garantir a credibilidade de suas análises, mas também para assegurar sua reprodutibilidade. Por exemplo, é essencial que autores(as) reconheçam que seus códigos serão lidos futuramente por outra pessoa, o que exige boa estrutura e organização, tipicamente

com comentários e explicações em pontos importantes do código. Isso não apenas facilita a manutenção e autogestão de quem programa, mas também aumenta a compreensão por parte de terceiros(as). Sempre que possível ou necessário, é importante manter uma explicação detalhada sobre uma função ou linha de código específica, que seja crucial para o entendimento do que está porvir. Nesses casos, comentários claros com explicações lógicas e didáticas por trás das operações são recomendáveis. Além disso, é uma boa prática definir nomes de variáveis simples e pequenos, mas autodescritivos. Isso promove a compreensão e facilita a leitura do código por terceiros(as). Por fim, é importante que autores(as) se assegurem de que, no momento da submissão, todas as linhas são executadas sem erros, do início ao fim, independentemente de quando a análise foi executada pela primeira vez. Para esses casos, a prática de manter versões preliminares do código em plataformas como Github (<https://github.com/>) ou semelhantes é essencial para acompanhar as alterações feitas ao longo do tempo.

## Melhores práticas para Pré-registro de Pesquisa

Tipicamente, uma pesquisa submetida para pré-registro é menor em escopo e tamanho que uma pesquisa finalizada. No entanto, é necessário que contenha: (1) teoria subjacente e questões de pesquisa, (2) se for o caso, hipótese(s) de pesquisa, (3) quando necessário, descrição detalhada dos(as) participantes e/ou respondentes da pesquisa, (4) descrição da amostra e variáveis a serem observadas, medidas ou coletadas, (5) descrição completa do *design* empírico da pesquisa, incluindo descrição do questionário e/ou entrevistas e sua análise de conteúdo, medição de variáveis, estratégias para identificação e mitigação de efeito de *outliers* etc., e (6) plano de tabulação dos dados e demais procedimentos de análise de dados. Naturalmente, os componentes acima são necessários para a aprovação de pré-registro de uma pesquisa, porém sua presença não é suficiente para a aprovação do pré-registro. Ou seja, a pesquisa submetida para pré-registro, além de todos os componentes acima, precisa demonstrar sua contribuição à literatura e deixar claros seus potenciais desdobramentos para a academia e a prática na gestão de negócios. Autores(as) podem estudar serviços *on-line* de pré-registro, por exemplo, <https://aspredicted.org/> e <https://osf.io/>, a fim de definir o conteúdo e formato da sua proposta (Logg & Dorison, 2021).

## Melhores práticas para Revisão de Pares Aberta

Recentemente, Ross-Hellauer et al. (2017) encontraram que a maioria dos(as) participantes em sua *survey* concordam que a revisão aberta pelos pares deveria ser uma prática mais recorrente. Uma de suas conclusões é que a prática de divulgar o nome dos(as) revisores(as) deveria ser voluntária, como forma de não intimidar sua atuação livre e diminuir receios de retaliações por parte de autores(as). Ainda assim, a maior parte dos(as) respondentes(as) de Ross-Hellauer et al. (2017) concorda que a divulgação livre dos pareceres é positiva para a revisão do artigo. Dessa forma, futuros(as) autores(as) e revisores(as) da RAE serão convidados(as) a escrever seus comentários para serem lidos não somente pela contraparte imediata, mas sim pelo grande público, de maneira

livre e aberta. Isso naturalmente não somente incita a necessidade de estabelecer a cordialidade e o respeito na comunicação escrita, mas também convida que autores(as) e revisores(as) sejam transparentes e assertivos(as) em seus comentários. Além disso, a revisão por pares aberta convida tanto autores(as) quanto revisores(as) a reconhecerem o valor pedagógico que essa prática pode proporcionar à comunidade, especialmente para aqueles(as) mais jovens na área.

## Melhores práticas para Reúso de Dados

Finalmente, conforme a prática de Dados e Códigos Abertos avance e mais artigos tenham seus dados publicados, torna-se cada vez mais importante estabelecer as boas práticas de reúso desses dados em outras pesquisas. Além de seguir as melhores práticas para armazenamento e organização de bases de dados, o primeiro passo natural é não somente citar integralmente o artigo original e a fonte dos dados, mas também atribuir o devido crédito aos(as) autores(as) originais e responsáveis pela coleta inicial. A prática de reúso de dados também requer a documentação completa das mudanças feitas na base original, bem como qualquer coleta adicional subsequente. Por fim, uma boa prática por parte de autores(as) de artigos que reúsem dados é estabelecer um canal de comunicação transparente e responsável com os(as) autores(as) originais, como forma de facilitar os esforços de replicabilidade.

## Os próximos passos da RAE aderindo à Ciência Aberta

A RAE adentra 2024 apostando que a ciência precisa se aproximar da sociedade e seguir sendo agente de transformação e desenvolvimento econômico. Ciência Aberta nada mais é que um conjunto de práticas que aumentam o diálogo 1) entre agentes que executam pesquisa e agentes consumidores(as) de pesquisa, e 2) entre os(as) diferentes agentes que fazem parte do ecossistema de produção de pesquisa científica. Ao adotar práticas de Ciência Aberta, a RAE renova seu compromisso em promover a transparência, acessibilidade, democratização, responsabilização e colaboração entre seus(suas) autores(as), revisores(as) e leitores(as). Isso não somente fortalece a confiança dos(as) leitores(as) na pesquisa científica, mas também acelera, de maneira ampla, a inovação e o desenvolvimento potencial gerados a partir da pesquisa científica.

A partir da expansão das suas práticas de Ciência Aberta, há diversas razões para que autores(as), revisores(as) e leitores(as) da RAE fiquem otimistas com o que está por vir. Por exemplo, ao expandir as práticas de compartilhamento de dados e códigos, autores(as), leitores(as) e a sociedade como um todo se beneficiarão do aumento da transparência e acessibilidade das pesquisas. Isso certamente terá efeito positivo na amplitude das pesquisas publicadas e fortalecerá o seu impacto prático nas diversas áreas da sociedade. Além disso, a possibilidade de ter uma comunicação mais aberta entre autores(as) e revisores(as) não somente facilitará a expansão de suas redes de relacionamento e permitirá a criação de novas parcerias de pesquisa entre agentes com interesses comuns, inclusive leitores(as), mas também potencialmente impactará de maneira positiva métricas tangíveis de desempenho, como número de citações de

um artigo. Ao incentivar a disponibilização de modo livre dos diversos materiais de pesquisa, a RAE consolida-se como agente de transformação da sociedade ao melhorar a tomada de decisão baseada em evidências dentro das organizações, mas também fortalece sua missão de contribuir para a solução de problemas reais da sociedade.

Naturalmente, 2024 será um ano de desafios e de consolidação das práticas que a RAE já adota, mas também de transição a partir da implementação das novas práticas que serão adotadas em julho de 2024 e janeiro de 2025. Assim, convidamos todos(as) os(as) interessados(as) a se familiarizarem com essas mudanças que serão paulatinamente implementadas, com os objetivos de democratizar, ainda mais, o ambiente de pesquisa acadêmica e de fortalecer a missão da RAE junto a sua comunidade.

Por fim, gostaríamos de agradecer o convite do Editor-Chefe da RAE, Jorge Carneiro, que nos cedeu o espaço para escrever este editorial e nos ofereceu valiosas sugestões de melhoria. Também somos gratos a Thomaz Wood Jr. e Ilda Fontes, pelas suas contribuições ao longo da redação deste editorial.

## REFERÊNCIAS

- Aguinis, H., Banks, G. C., Rogelberg, S. G., & Cascio, W. F. (2020). Actionable recommendations for narrowing the science-practice gap in open science. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 158, 27-35. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2020.02.007>
- Aguinis, H., Cascio, W. F., & Ramani, R. S. (2017). Science's reproducibility and replicability crisis: International business is not immune. *Journal of International Business Studies*, 48(6), 653-663. <https://doi.org/10.1057/s41267-017-0081-0>
- Bergh, D. D., & Oswald, F. L. (2020). Fostering robust, reliable, and replicable research at the Journal of Management. *Journal of Management*, 46(7), 1302-1306. <https://doi.org/10.1177/0149206320917729>
- Chauvette, A., Schick-Makaroff, K., & Molzahn, A. E. (2019). Open data in qualitative research. *International Journal of Qualitative Methods*, 18, 1-6. <https://doi.org/10.1177/1609406918823863>
- Cunha, V. B. de C., Nascimento, T. C., & Falcão, R. P. de Q. (2024). In search of an integrative framework for female immigrant entrepreneurship. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 64(1), e2022-0469. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020240101>
- Graça, L. da, & Ryngelblum, L. A. (2024). Actors influence in the definition of institutional logics: An examination of the private health plans' expenses. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 64(1), e2022-0211. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020240105>
- Harvey, C. R. (2017). Presidential address: The scientific outlook in financial economics. *The Journal of Finance*, 72(4), 1399-1440. <https://doi.org/10.1111/jofi.12530>
- Hollenbeck, J. R., & Wright, P. M. (2017). Harking, sharking, and tharking: Making the case for post hoc analysis of scientific data. *Journal of Management*, 43(1), 5-18. <https://doi.org/10.1177/0149206316679487>
- Houtkoop, B. L., Chambers, C., Macleod, M., Bishop, D. V., Nichols, T. E., & Wagenmakers, E. J. (2018). Data sharing in psychology: A survey on barriers and preconditions. *Advances in Methods and Practices in Psychological Science*, 1(1), 70-85. <https://doi.org/10.1177/2515245917751886>

- Kerr, N. L. (1998). HARKing: Hypothesizing after the results are known. *Personality & Social Psychology Review*, 2, 196-217. [https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0203\\_4](https://doi.org/10.1207/s15327957pspr0203_4)
- Kodvanj, I., Homolak, J., Virag, D., & Trkulja, V. (2022). Publishing of COVID-19 preprints in peer-reviewed journals, preprinting trends, public discussion and quality issues. *Scientometrics*, 127(3), 1339-1352. <https://doi.org/10.1007/s11192-021-04249-7>
- Logg, J. M., & Dorison, C. A. (2021). Pre-registration: Weighing costs and benefits for researchers. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 167, 18-27. <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2021.05.006>
- Martins, H. C. (2020). A importância da Ciência Aberta (Open Science) na pesquisa em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, 24(1), 1-8. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2020190380>
- McKiernan, E. C., Bourne, P. E., Brown, C. T., Buck, S., Kenall, A., Lin, J., ... & Yarkoni, T. (2016). How open science helps researchers succeed. *eLife*, 5, e16800. <https://doi.org/10.7554/eLife.16800>
- Mendes-Da-Silva, W. (2019). Temos sido transparentes o suficiente? Desafios à replicabilidade e à credibilidade da pesquisa na área de negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, 23(5). <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190306>
- Mendes-Da-Silva, W. (2023). O que docentes e pesquisadores na área de gestão de negócios precisam saber a respeito de ciência aberta. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 63, e0000-0033. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020230408>
- Miguel, E., Camerer, C., Casey, K., Cohen, J., Esterling, K. M., Gerber, A., Glennerster, R., Green, D. P., Humphreys, M., Imbens, G., Laitin, D., Madon, T., Nelson, L., Nosek, B. A., Petersen, M., Sedlmayr, R., Simmons, J. P., Simonsohn, U., & Laan, M. Van Der. (2014). Promoting transparency in social science research. *Science*, 343(6166), 30-31. <https://doi.org/10.1126/science.1245317>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2023). *Open access to scientific information*. <https://en.unesco.org/themes/building-knowledge-societies/open-access-to-scientific-information>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2015). *Making Open Science a reality* (OECD Science, Technology and Industry Policy Papers n. 25). OECD Publishing, Paris, France. <http://dx.doi.org/10.1787/5jrs2f963zsl-en>
- Pampel, H., & Dallmeier-Tiessen, S. (2014). Open research data: From vision to practice. In S. Bartling & S. Friesike (Eds.), *Opening Science* (pp. 213-224). Springer.
- Peci, A. (2022). Editorial adoption of Open Peer Review. *Revista de Administração Pública*, 56(4), 1-2. <https://doi.org/10.1590/0034-761242022x>
- Ross-Hellauer, T., Deppe, A., & Schmidt, B. (2017). Survey on open peer review: Attitudes and experience amongst editors, authors and reviewers. *PloS one*, 12(12), e0189311. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0189311>
- Sousa, I. C., & Baltazar, D. (2024). Exigências mentais e prosperidade dos trabalhadores mais velhos: O papel da capacidade para o trabalho. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 64(1), e 2023-0191. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020240102>
- Toro-García, G. L., Cobo, S. B., & Castellanos, A. A. (2024). Trampa de iliquidez: Los sujetos sobreendudados y sus consecuencias cognitivas. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 64(1), e2022-0445. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020240103>

Vicente-Saez, R., & Martinez-Fuentes, C. (2018). Open Science now: A systematic literature review for an integrated definition. *Journal of Business Research*, 88, 428-436. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2017.12.043>

## CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

## CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Henrique Castro Martins: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Wesley Mendes-da-Silva: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, aquisição de financiamento; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Recursos; Programas; Supervisão; Validação; Visualização; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.